



**TÉCNICOS
FASUBRA
APRESENTA
PROPOSTA**
Página 2

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN Central Sindical e Popular - Conlutas
Ano XIV nº 904 14 de setembro de 2015

**EDUCAÇÃO
DEFINIDO
TEMA DE
ENCONTRO**
Página 4

UFRJ: aulas retornam nesta segunda, dia 14 Página 6

ELEIÇÕES ADUFRJ-SSIND

Vitória da Chapa 2

Fotos: Samuel Tosta - 11/09/2015



APURAÇÃO. Foram quase sete horas de contagem de votos. Ao lado, Tatiana Roque



A Chapa 2 Adufrj Democrática e Participativa, de oposição, foi eleita com 883 votos para a direção da Adufrj-SSind. A Chapa 1 Adufrj-SSind de Luta e Pela Base, da situação, obteve 594 votos. A nova diretoria toma posse em 15 de outubro para um mandato de dois anos. Mariana Trotta, que disputou a presidência pela Chapa 1, disse que haverá pressão para que a Adufrj mantenha sua tradição de luta. Tatiana Roque, que assumirá a presidência da Seção Sindical, disse identificar "pontos de convergência" entre as chapas. Conselho de Representantes também foi eleito. **Página 3**

BATEPRONTO/DROGAS

Luciana Boiteux (foto) condena criminalização do usuário
Página 8

Silvana Sá - 06/05/2014

**Cartilha
elucidará
dúvidas sobre
o estágio
probatório**
Página 8



**DOCENTES
Governo mantém intransigência**
Página 5

SEGUNDA PÁGINA



Plantões às sextas-feiras

Os plantões jurídicos da Adufrj-SSind, além das quartas-feiras, ocorrem também às sextas-feiras (de 15 em 15 dias). Os próximos atendimentos deste dia estão marcados para 18 de setembro, 2 de outubro, 16 de outubro e 30 de outubro, sempre de 10h às 13h. Para marcar um horário, basta ligar para a Secretaria da Seção Sindical (2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368).

Estudantes saem da greve

Em assembleia realizada em 8 de setembro, no auditório Quinhentão (do Centro de Ciências da Saúde), os estudantes da UFRJ aprovaram a saída da greve. Mas reafirmaram o compromisso com a mobilização pela melhoria das políticas de assistência aos alunos e em defesa dos direitos trabalhistas dos terceirizados da instituição - tema que foi prioritário na pauta do segmento desde o início de 2015.

A assembleia aprovou a transformação do comando de greve em um Comando Permanente de Mobilizações na universidade, responsável por organizar as reivindicações dos estudantes. (Samantha Su)

Fasubra apresenta contraproposta

Dentre os eixos, um reajuste em dois anos (índice de 9,5% para 2016 e 5,5% para 2017)

Na UFRJ, greve do segmento permanece por tempo indeterminado

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrrj.org.br

Silvana Sá

silvana@adufrrj.org.br

O Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra Sindical reuniu-se com a Secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/MPOG) para apresentar sua contraproposta referente às negociações da greve. O principal eixo é o reajuste em dois anos, com índices de 9,5% em 2016 e 5,5% em 2017.

O secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, sinalizou (como fez com outras categorias) com a possibilidade de atender ao pleito de reajuste em dois anos, mas afirmou que outros pontos (como os percentuais) precisarão ser analisados. A resposta deverá ser apresentada em 16 de setembro.

TAEs da UFRJ aprovaram contraproposta

Os servidores técnico-administrativos da UFRJ, em as-



Resposta do governo aos técnicos-administrativos deve acontecer neste dia 16

sembleia no dia 8, aprovaram a contraproposta da Fasubra e também a continuidade da greve por tempo indeterminado. A próxima Assembleia Geral da categoria será realizada neste 15 de setembro, às 10h, no auditório do Quinhentão (CCS).

A greve pela universidade

Com trinta anos de UFRJ, Estela Souza sublinha que a greve do segmento não se limita à pauta salarial, "Um dia falta água, outro falta luz. Na minha unidade saímos recolhendo R\$ 10,00 de um e de

outro para comprar cesta básica para o pessoal da limpeza (terceirizados), que não recebe porque Brasília não faz repasses". "Essa não é uma greve só pelo salário, queremos que a universidade melhore", afirma. "Sou filha de funcionários públicos e tenho filha estudando Nutrição aqui. Dói ver o que está acontecendo", lamentou em seguida.

Para a chefe de secretaria do Instituto de Matemática, "a UFRJ está vivendo de fama": "Está ridícula a situação da universidade. Nosso prédio está no esqueleto há cinco anos. Quem

faz mapa de salas de aula sabe muito bem o sofrimento que é a briga por espaço", criticou.

A TAE conta que, em sua unidade, "as atividades administrativas estão parada há mais de 80 dias". No entanto, a pressão contra a greve é forte: "Tem professor assinando papel que não poderia, assumindo atribuição de técnico-administrativo. O problema é que docente está preocupado com tese e convênio, ele não entende que nós (técnicos) passa mais tempo na universidade do que em casa com a família. Queremos estrutura".

Resgate da história da UFRJ

Reitoria lançará projeto para resgatar a história da UFRJ através de acervo multimídia, com foco nas comemorações dos cem anos da universidade, em 2020. Composta inicialmente por apenas três faculdades, instituição possui hoje mais de 260 graduações.

Os primeiros registros sobre a formação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) passarão por um processo de restauração, conservação e digitalização a partir deste ano, como parte das comemorações dos 95 anos da instituição, celebrados na segunda-feira, 7 de setembro.

Cerca de 10 mil páginas manuscritas serão preservadas por uma equipe de profissionais do Museu Nacional da UFRJ, especializada na recuperação de acervos. (Fonte: UFRJ)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvania Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufrrj@adufrrj.org.br e secretaria@adufrrj.org.br Redação: comunicacao@adufrrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrrj.org.br Diretoria: diretorio@adufrrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ADUFRJ-SSIND

Eleita a nova diretoria

“Adufrj Democrática e Participativa” vence o pleito e assumirá o mandato no biênio 2015-2017

Chapa obteve 883 votos válidos

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Depois de quase sete horas de apuração, os sindicalizados da Adufrj-SSind puderam enfim saber qual chapa venceu as eleições para a diretoria da Seção Sindical. Com 883 votos, a Chapa 2 – Adufrj Democrática e Participativa assumirá o mandato no biênio 2015-2017. A Chapa 1 — Adufrj-SSind de Luta e Pela Base obteve 594 votos. Houve também sete votos brancos e 17 nulos. Compareceram às urnas 1.501 eleitores.

Vão compor a próxima gestão os professores: Tatiana Roque (presidente), Carlos Frederico Leão Rocha (1º vice-presidente), Fernando Santoro (2º vice-presidente), Gustavo Arantes Camargo (1º secretário), Antonio Sole Cava (2º secretário), Silvana Allodi (1ª tesoureira), Liv Sovik (2ª tesoureira). A posse da nova diretoria está prevista para 15 de outubro.

Ao fim da apuração, Cláudio Ribeiro, atual pre-

sidente da Adufrj-SSind (e candidato a 1º vice-presidente pela Chapa 1) comentou o comparecimento dos docentes da UFRJ às urnas: “Esta eleição mostrou a representatividade e a importância da Adufrj-SSind para os docentes da UFRJ”.

Mariana Trotta, da FND, candidata a presidente pela Chapa 1, afirmou que o debate em torno das propostas das chapas foi rico para a universidade. “Esperamos que os docentes que participaram do processo eleitoral permaneçam ativos nas discussões e ações do Sindicato. Nós, da Chapa 1, pressionaremos para que a direção eleita mantenha a tradição de luta desta Seção Sindical”.

Tatiana Roque, do IM, vencedora da disputa, agradeceu o bom nível do debate e disse que há entre as chapas “muitos pontos de convergência”. “Esperamos os integrantes da Chapa 1 não só para pressionar, mas também para atuar em conjunto com esta diretoria. A nossa proposta sempre foi ampliar o diálogo com todos os professores e agir pelo consenso”.

Seção eleitoral		eleitores	votantes	chapa 1	chapa 2	brancos	nulos
nº	nome						
01	PV1	128	97	44	51	0	2
02	PV2	185	109	72	34	1	2
03	PV3	223	82	42	38	0	2
04	IFCS	154	62	25	35	0	2
05	Direito	63	29	24	5	0	0
06	Música	74	12	6	5	0	1
07	Museu	78	13	3	10	0	0
08	Anna Nery	103	44	33	11	0	0
09	HUCFF	329	48	32	16	0	0
10	IPPMG	49	18	15	3	0	0
11	IESC	20	15	7	8	0	0
12	CCS 1	126	66	10	54	0	2
13	CCS 2	270	132	32	99	1	0
14	EEFD	82	44	31	12	0	1
15	Letras	285	85	44	39	2	0
16	Reitoria	285	115	57	54	1	3
17	CT 1	303	156	23	132	0	1
18	CT 2	257	115	8	107	0	0
19	CCMN 1	251	111	8	101	1	1
20	CCMN 2	130	34	7	27	0	0
21	CAP	151	75	48	26	1	0
22	Macaé	56	37	22	15	0	0
23	Xerém	5	2	1	1	0	0
Totais		3.607	1.501	594	883	7	17

Comissão Eleitoral avalia processo

O professor José Miguel Bendrao Saldanha, presidente da Comissão Eleitoral, informou que as eleições transcorreram dentro da normalidade esperada e que dificuldades pontuais foram resolvidas por consenso na própria CE. “A eleição foi bem conduzida. Realizamos debates com boa participação de professores. A Comissão esteve todo o tempo comprometida com o melhor andamento possível do processo”.

Para o Conselho de Representantes foram eleitos 50 docentes titulares. Veja a lista a seguir. A votação pode ser conferida em www.adufrj.org.br.

Escola de Educação Física e Desportos: Michele Pereira de Souza da Fonseca e Renato Mendonça Barreto da Silva (titulares)	Escola de Comunicação: Jonas Federman (titular) Luiz Carlos Brito Paternostro (titular); Carmen Cinyra Gadelha Pereira (suplente)
Faculdade de Medicina: Ricardo Lopes Correia (titular) Romildo Vieira do Bomfim (titular)	Escola de Serviço Social (ESS): Sara Granemann; Tatiana Brettas (titulares); Mauro Luis Iasi; Cleusa Santos (suplentes)
Faculdade de Odontologia: Maria José Santos Alencar (titular)	Faculdade de Educação (FE): Bruno Gawryszewski; Claudia Lino Piccinini; Jorge Ricardo Santos Gonçalves (titulares); Vânia Cardoso da Motta; Jailson Alves Dos Santos; Ligia Karam Correa de Magalhães (suplentes)
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho: Adriane Todeschini (titular); Vânia Maria Correa da Costa (suplente)	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS): Luiz Eduardo Pereira da Motta (titular); Carlos Eduardo da Rosa Martins (suplente) Susana de Castro Amaral Vieira (titular)
Instituto de Bioquímica Médica: Jose Roberto Meyer Fernandes (titular)	Instituto de História: Manoela da Silva Pedroza (titular)
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva: Regina Helena Simões Barbosa (titular) e Letícia Fortes Legay (suplente);	NEPP-DH: Ana Claudia Diogo Tavares (titular); Elídio Alexandre Borges (suplente)
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis: Luciano Rodrigues de Souza Coutinho (titular)	Escola de Belas Artes: Carlos de Azambuja Rodrigues; Maria Norma de Menezes; Licius da Silva (titulares)
Faculdade Nacional de Direito (FND): Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues (titular)	Faculdade de Letras: Anderson de Araújo Martins Esteves; Humberto Soares da Silva; Leonor Werneck Dos Santos (titulares); Danielle Cristina Mendes Pereira; Victor Manuel Ramos Lemus (suplentes)
Instituto de Economia: Valéria Gonçalves da Vinha; Alexandre Laino Freitas (titulares); Valéria Pero; Almir Pita Freitas Filho (suplentes)	Coppe: Leda Dos Reis Castilho; Fernando Pereira Duda; Celina Miraglia Herrera de Figueiredo (titulares); José Herskovits Norman (suplente)
Instituto de Física: Nelson Ricardo de Freitas Braga; Vitória Maria Tupinambá Souza Barthem; Thereza Cristina de Lacerda Paiva (titulares); Carlos Eduardo Magalhães de Aguiar (suplente)	Escola de Química (EQ): Maria Alice Zarur Coelho; Ana Maria Rocco (titulares) Papa Matar Ndiaye; Fernando Luiz Pellegrini Pessoa (suplentes)
Instituto de Matemática: Luis Menasché Schechter (titular) Victor Augusto Giraldo; Paulo Goldfeld (titulares); Flavio Dickstein (suplente)	Escola Politécnica (Poli): Henrique Innecco Longo (titular); José Henrique Erthal Sanglard (suplente) Lavinia Maria Sanábio Alves Borges; José Luis Lopes da Silveira (titulares); Mariane Rembold Petraglia; Nisio de Carvalho Lobo Brum (suplentes)
Instituto de Química: Rodrigo Volcan Almeida; Denise Maria Guimarães Freire (titulares)	Campus de Macaé: Leila Brito Bergold (titular); Luisa Arueira Chaves (suplente).
Observatório do Valongo: Carlos Roberto Rabaça (titular)	
Colégio de Aplicação: Graça Regina Franco da Silva Reis; Cassandra Marina da Silveira Pontes; André Luis Mourão de Uzeda (titulares); Maria Coelho Araripe de Paula Gomes; Anna Thereza do V. B. de Menezes (suplentes)	

CAMPANHA SALARIAL 2015

Reunião ampliada dos SPF planeja os próximos passos

Servidores são chamados a participar da Marcha dos Trabalhadores e Trabalhadoras, em São Paulo, dia 18

Está em estudo uma nova marcha a Brasília, em 22/09

Em reunião ampliada no dia 9, os representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais buscaram planejar as próximas atividades da Campanha Salarial 2015. O encontro contou com a presença de 235 servidores de diferentes categorias do funcionalismo federal.

Ficou acertado um chamado às entidades do Fórum para que participem da Marcha dos Trabalhadores e Trabalhadoras, que acontece dia 18, em São Paulo (SP).

Calendário de atividades

Outras proposições serão encaminhadas para discussão nas entidades e seus respectivos comandos de greve. O Fórum dos SPF reúne-se novamente na nesta terça-feira (15) para definir o calendário de atividades. Entre as ações sugeridas, estão: uma nova marcha a Brasília em 22 de setembro — iniciativa apresentada pelo Comando Nacional de Greve do Andes-SN —, atos nos estados e vigília no Ministério do Planejamento.

Ato no MPOG

Depois da reunião ampliada, os participantes dirigiram-se ao Ministério do Planejamento, no Bloco C da Esplanada dos Ministérios, para cobrar uma nova



Fórum dos servidores volta a se reunir neste dia 15

reunião do Fórum dos SPF com o Secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sérgio Mendonça. Na última reunião com a SRT/MPOG, Mendonça havia

se comprometido em reavaliar, junto ao governo, a proposta de reduzido reajuste, parcelado em quatro anos, rejeitada diversas vezes por todas as entidades

que compõem o Fórum dos SPF — em ofício encaminhado a algumas entidades, o governo já admitiu diminuir o parcelamento do reajuste de quatro

para dois anos, mas ainda não mexeu nos índices inicialmente propostos (5,5%, em 2016, e 5% em 2017). (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

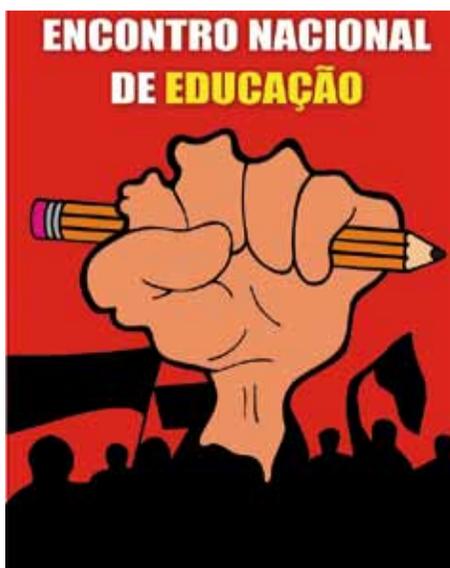
Definido o tema do II Encontro Nacional de Educação

“Por um projeto de educação classista e democrático” é o mote

A reunião do Comitê Nacional pelos 10% do PIB para educação pública já, no dia 27 de agosto em São Paulo (SP), acordou que o eixo do II Encontro Nacional de Educação (ENE) será “Por um projeto de educação classista e democrático”. A primeira edição do ENE ocorreu no Rio de Janeiro (RJ), em agosto de 2014, e o II ENE acontecerá no

primeiro semestre de 2016.

A reunião decidiu, além disso, manter os eixos de debate que foram utilizados no ENE, e acrescentar os debates de gênero, raça e orientação sexual. Assim, o II ENE terá seis eixos: gestão; financiamento; formação e trabalho docente; avaliação; acesso e permanência; gênero, sexualidade e questões étnico-raciais. O local e a data do encontro ainda não foram definidos, mas há a indicação de que possa ocorrer ou na capital paulista, ou em Brasília (DF), a depender dos custos.



O II ENE será precedido por encontros preparatórios regionais, que serão realizados no final de 2015 e no início de 2016. Olgaíses Maués, 2ª vice-presidente da Regional Norte II do Andes-SN e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais da entidade (GTPE), afirmou que o Sindicato está dando muita importância à realização do encontro, e está estimulando as seções sindicais e as regionais a realizarem os encontros preparatórios o quanto antes, em unidade com os demais setores que

constroem o ENE.

“Nós esperamos que o II ENE sirva para reorganizar nossas propostas de defesa da educação pública, atualizando o Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira, que foi escrito em 1997. Os princípios de nossa luta são os mesmos, mas precisamos de novos diagnósticos. Assim, teremos um projeto único, de todos os setores que lutam pela educação pública, e conseguiremos fazer a disputa com o PNE do governo federal”, afirmou Olgaíses Maués. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

CAMPANHA SALARIAL 2015

Governo ainda intransigente

Movimento grevista dos professores ultrapassa 100 dias sem respostas efetivas do MEC e do MPOG

Secretário da SESu/MEC disse que problemas são “pontuais”

A greve dos docentes federais completou 100 dias ainda sem resposta efetiva do governo federal à pauta de reivindicações da categoria. A paralisação teve início no dia 28 de maio e conta com a adesão de aproximadamente 50 seções sindicais do Andes-SN. As duas últimas reuniões entre o Comando Nacional de Greve (CNG) e representantes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) foram conquistadas após intensa mobilização dos professores com atos em frente ao MEC e também nas Instituições Federais de Ensino (IFE), e em conjunto com estudantes e técnicos – também em greve.

Na última audiência, realizada em 3 de setembro, o secretário da Sese/MEC, Jesualdo Farias, mais uma vez reconheceu os cortes no orçamento da pasta, mas disse que os problemas nas instituições federais de ensino são pontuais. De acordo com Jesualdo Farias, apenas “meia dúzia” de universidades apresentam problemas efetivos de recursos e estrutura. Ainda segundo levantamento do MEC apresentado na reunião com o Andes-SN, que contou também com a presença de representante dos estudantes, das 174 obras paradas, apenas uma é por falta de recursos. Farias comprometeu-se a responder por escrito aos pontos apresentados.

Avanço nas pautas locais

Apesar da dificuldade em negociação com o Ministério da Educação, o movimento tem conseguindo, através de grande pressão, avançar nas pautas locais, em diálogo com os reitores em algumas IFE. Desde agosto, os comandos locais de greve vêm intensificando as ações junto às reitorias para cobrar a abertura das contas das instituições com o intuito de identificar o impacto dos cortes no orçamento da Educação Federal, que já ultrapassam R\$ 11 bilhões. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



Na Federal de Juiz de Fora (UFJF), a falta de recursos fez com que o reitor suspendesse o início do segundo semestre antes mesmo da adesão da base da UFJF à greve nacional

Contra os cursos pagos nas universidades

Reforçando a lógica mercantil e privatista da educação, o secretário de Educação Superior do MEC, Jesualdo Farias, manifestou que o ministério é totalmente favorável à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC)

395/2014, que visa regularizar o ensino pago em estabelecimentos oficiais em cursos como, especialização, aperfeiçoamento e outros.

O CNG/Andes-SN encaminhou que os comandos locais de greve, em unidade com

estudantes e técnico-administrativos, articulem apresentar aos parlamentares federais nos estados o Manifesto em defesa da educação pública e contra a pec 395/2014, pressionando-os para adotar posição contrária ao tema.



Os cem dias sem diálogo efetivo por parte do governo viraram um símbolo do protesto na UFJF



Envio de textos à Revista Universidade e Sociedade vai até 30 de outubro

Até 30 de outubro é o prazo de envio de artigos para a edição 57 da Revista Universidade e Sociedade — publicação quadrimestral do Andes-SN. O tema deste número, definido pela diretoria do Andes-SN, será “As lutas sociais ante a agenda do capital”. A revista será lançada durante o 35º Congresso do Sindicato, em janeiro de 2016, na cidade de Curitiba (PR).

Tiago Leandro da Cruz Neto, 2ª vice-presidente da Regional Nordeste III do Andes-SN e integrante da editoria executiva da revista, explica que os autores precisam ficar atentos ao tratamento do tema. “Na última edição, tivemos a preocupação de nos atermos em como o Estado ataca os direitos dos trabalhadores. Nesta, queremos fazer uma reflexão sobre como os sindicatos e os movimentos sociais têm feito para enfrentar, com as greves e as lutas sociais, esses ataques. É de extrema importância que socializemos essas experiências”, ressaltou.

Docentes e demais profissionais interessados na área, que desejam compartilhar seus estudos, pesquisas e reflexões, deverão enviar os arquivos de textos, como anexos de e-mail, para o endereço eletrônico: revista.andes@andes.org.br. Os artigos enviados para o periódico deverão obedecer às instruções disponíveis em www.andes.org.br. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

CONSUNI

Aulas recomeçam neste dia 14

Flexibilização do período das cinco semanas de reposição será debatida em sessão extraordinária

Até lá, valem as orientações do CEG

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O Conselho Universitário (Consuni) do último dia 10 confirmou a indicação do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), realizado na véspera, de retorno às aulas nesta segunda-feira (14 de setembro). O objetivo é repor conteúdos e avaliações do primeiro semestre (2015/1), interrompido pela greve. Em função do término do horário regimental da sessão, as definições sobre as demais datas do calendário acadêmico ficaram para uma reunião extraordinária neste dia 17.

Até lá, contudo, está vigente a indicação do CEG para uma reposição de cinco semanas. “O que precisamos avaliar é o horizonte desse período (de reposição)”, disse o reitor Roberto Leher. A intenção de algumas unidades de flexibilizar o período, reduzindo para até três semanas (expressa no Conselho Superior de Coordenação Executiva – CSCE), deve voltar à pauta a partir de parecer da Comissão de Ensino e Títulos (CET). Única integrante da comissão na sessão do dia 10, a professora Miriam Kaiuca (representante da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) solicitou tempo para a CET analisar a proposta.

Também ficou acertado que, independentemente de eventuais alterações à agenda formulada pelo CEG, o início do segundo semestre (2015/2), bem como do primeiro semestre do ano que vem (2016/1), serão unitários para toda a universidade. Por ora, as exceções debatidas no CEG são a Medicina (cursos de Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional) cujo calendário é mais extenso e 18 disciplinas eletivas da Escola Politécnica, para atender alunos estrangeiros de convênios internacionais (com data de partida do país).

Caso a caso

A pedido do CEG, a Escola de Educação Infantil e o Colégio de Aplicação informaram ter retomado as aulas antes das demais unidades em função do calendário diferenciado para educação básica, exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Aguarda-se, ainda, a



Sessão extraordinária do Consuni volta a analisar o calendário de reposição neste dia 17

Elisa Monteiro - 10/09/2015

Calendário na berlinda

Segundo a proposta do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), indicada na sessão do dia 2 e reiterada dia 9, a reposição das aulas do primeiro semestre 2015/1 acontece de 14 de setembro a 17 de outubro. E as matrículas e as inscrições em disciplinas, para 2015/2, seriam realizadas entre 13 a 28 de outubro. Já o segundo semestre (2015/2), iria de 26 de outubro até 18 de março de 2016, seguido período de férias do dia 21 de março e 2 de abril. A retomada das aulas para o primeiro semestre de 2016 (2016/1) teria início em 4 de abril e término em 6 de agosto, véspera das Olimpíadas no Rio de Janeiro.

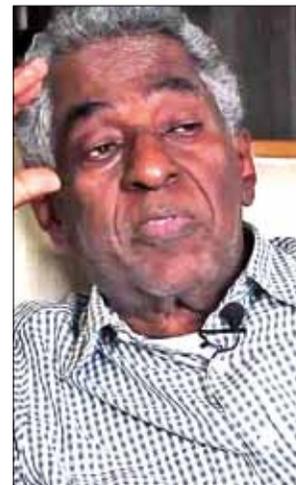
<p>Reposição de 2015/1 14 de setembro a 17 de outubro</p> <p>Matrículas e inscrições em disciplinas para 2015/2 13 a 28 de outubro</p> <p>Segundo semestre (2015/2) 26 de outubro de 2015 a 18 de março de 2016</p> <p>Férias 21 de março a 2 de abril</p> <p>Primeiro semestre letivo de 2016 4 de abril a 6 de agosto</p>
--

manifestação do Instituto de Matemática, que teria dado início a um calendário próprio. Como o Instituto oferece disciplinas que atendem ao currículo básico de diversas outras unidades (como a Escola Politécnica), isso estaria criando um “caos” entre os alunos.

Para dar conta dos pedidos de excepcionalidades, mas também para acompanhar o cumprimento das resoluções nº 06 e nº 07 do próprio Consuni, que garante direitos aos estudantes após o término da greve, o CEG formou uma comissão com representação discente.

Rufino dos Santos

Os conselheiros aprovaram nota de pesar pelo falecimento do escritor, historiador e professor Joel Rufino dos Santos (foto). O intelectual foi elogiado por sua larga contribuição para a ciência e educação no Brasil, em especial para as questões raciais. A nota, já publicada na página eletrônica da UFRJ, resgata ainda a trajetória política de esquerda do intelectual, o que o levou ao exílio no Chile e na Bolívia durante a ditadura civil-militar brasileira. Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, lecionou na graduação e da pós-graduação na Faculdade de Letras e Escola de Comunicação.



Técnicos questionam “fim de greve”

Durante a reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) do dia 9, um dos coordenadores do Sintufrj, Paulo Marinho, lamentou a retomada “precipitada” do calendário acadêmico, no dia 14, ignorando a manutenção da paralisação da categoria. “Nossa assembleia aprovou a continuidade da greve porque o governo apresentou uma proposta rebaixada. Vamos apresentar uma contraproposta e teremos nova assembleia no dia 15, para definir uma posição de acordo com a mesa de negociação”, informou.

Busca de recursos

O reitor Roberto Leher falou aos conselheiros sobre a busca de recursos para a universidade. O dirigente avaliou positivamente uma reunião ocorrida naquela mesma semana com 30 deputados federais do Rio de Janeiro, em Brasília, visando à liberação de emendas parlamentares em favor da universidade (em especial para unidades de saúde da UFRJ, como o HUCFF). O dirigente citou ainda a articulação de uma audiência pública sobre a assistência estudantil e seu financiamento, no Congresso Nacional, convidando o DCE Mário Prata a se juntar à empreitada: “É preciso lembrar que se trata de uma questão nacional”, justificou.

Em relação aos prédios históricos e tombados da universidade, Leher relatou sobre outra reunião, desta vez com diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Estamos avaliando todas as possibilidades de aportes via editais, Lei Rouanet etc”, afirmou. O reitor criticou novamente a Matriz Andifes, dispositivo utilizado para distribuir recursos de custeio entre todas as instituições federais de ensino: “Não é possível a manutenção do sistema que conta área ocupada e número de estudantes apenas. Para uma universidade com necessidade de infraestrutura de pesquisa como a UFRJ, é irrealista”.

BATEPRONTO/Descriminalização das Drogas

LUCIANA BOITEUX — 1ª Vice-presidente da Adufrj-SSind e Professora de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito (FND)

Criminalização do usuário serve para excluir minorias

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A professora Luciana Boiteux, da FND, esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) representando a Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos (Abesup) durante o primeiro dia (19/08) de debate e decisões sobre a descriminalização do porte e uso de psicoativos. No último dia 10, mais dois votos foram proferidos no STF e houve um novo pedido de vistas do processo. Boiteux recupera a questão social e histórica do uso de psicoativos e também comenta sobre os recentes votos dos ministros Luiz Edson Fachin e Luís Roberto Barroso pela liberação do porte e uso da maconha.

Silvana Sá - 06/05/2014



Luciana Boiteux

Como você avalia a atual política de criminalização das drogas?

A criminalização do usuário é um mecanismo de exclusão, mas é um mecanismo de exclusão que atinge minorias. Desde a sua origem, se verificarmos nos tratados internacionais e na própria origem do proibicionismo norte-americano, a criminalização do usuário surge como um instrumento de perseguição de minorias, notadamente aos mexicanos que faziam uso de maconha e também aos chineses que eram usuários de ópio. Ao mesmo tempo, aqui no Brasil, nós temos um exemplo da primeira criminalização do uso de maconha que se dirigiu aos escravos por meio de uma portaria da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, datada de 1830. O uso de maconha era associado aos africanos escravizados os quais precisavam ser controlados.

A criminalização do uso não tem qualquer condição de contribuir para a saúde pública, muito pelo contrário. A criminalização do usuário e da posse de drogas para uso pessoal é claramente atentatória à saúde pública, pois gera estigmatização.

O uso de psicoativos é, então, uma questão histórica?

O hábito do consumo de psicoativos é cultural, e existe há milhares de anos, enquanto a criminalização do usuário é um fenômeno atual, tem menos de cem anos. Foram os tratados internacionais que indicaram aos países essa ideia de criminalização, que não existia até o início do século XX.

Portanto, o que se tem hoje é um modelo que cri-

minaliza traficantes e usuários, e ao mesmo tempo, pretende proteger a saúde pública. Nesses anos todos de proibição e de criminalização de usuários e traficantes, a saúde pública não foi protegida. Acho que, acima de tudo, como se trata de uma discussão constitucional, nós temos também de pensar no efeito dessa proibição na realidade social, e não trabalhar com abstrações.

Você considera que a proibição vai de encontro às garantias das liberdades individuais constantes da Constituição?

A criminalização atinge uma conduta particular, uma conduta individual estando, portanto, protegida pelo direito à intimidade, à privacidade. É, também, uma conduta que não ofende bem jurídico de outros, senão daquele próprio que faz o consumo no uso de sua liberdade garantida pela Constituição.

Se pensarmos no usuário como uma pessoa dotada de dignidade, nós temos que reconhecer a esse usuário todos os direitos previstos na Constituição, e não tratá-lo como objeto de intervenção, seja da repressão penal, seja de uma intervenção médica que não leva em consideração a sua vontade.

A criminalização seria um entrave à garantia de direitos humanos?

A criminalização impede o acesso desses usuários a serviços de saúde. Esta é uma questão que a sociedade tem que resolver, não a Justiça. Nesse sentido, temos que investir, sim, em prevenção, em rede de atenção psicossocial, em atendimento público e gratuito no SUS.

Reconhecer pessoas que usam drogas como sujeitos de direito e não como obje-

“
A criminalização do uso não tem qualquer condição de contribuir para a saúde pública, muito pelo contrário

”

“
Se pensarmos no usuário como uma pessoa dotada de dignidade, nós temos que reconhecer a esse usuário todos os direitos previstos na Constituição, e não tratá-lo como objeto de intervenção

”

to de intervenção penal é da essência da democracia e da ordem constitucional brasileira. Garantir a democracia é garantir direitos de minorias, de grupos vulneráveis e marginalizados e também garantir o acesso à saúde de mulheres. Inclusive, temos relatos de mulheres usuárias que têm seus filhos retirados, o que vem ocorrendo no estado de Minas Gerais, e isso é muito grave.

Como você avalia o voto dos ministros Luiz Edson Fachin e Luís Roberto Barroso no contexto de uso de psicoativos? Eles, parece, querem restringir a liberação apenas a maconha. Qual sua visão? Você considera este posicionamento um avanço ou ainda é uma postura recuada do STF?

Os últimos votos de Fachin e Barroso foram mais restritivos do que o voto do Relator Gilmar Mendes, que descriminalizava a posse de todas as drogas, enquanto que aqueles restringiram apenas a cannabis, sem qualquer base jurídica. Foram votos políticos, buscando mediar com uma opinião pública conservadora. Mas não se pode negar que houve avanços no debate público sobre drogas até agora no STF.

No voto do Ministro Barroso, mesmo com críticas que faço ao uso de argumentos do senso comum para demonizar o usuário de crack, muitos deles pessoas pobres e moradores de rua, foi positivo Barroso ter mencionado o autocultivo e a determinação de quantidades. Por outro lado, é um tanto estranho ver Gilmar Mendes expressando sensibilidade social e Luiz Roberto Barroso com medo de enfrentar com coragem a grave questão social (mas nunca penal) dos usuários de crack.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Tire suas dúvidas

Saiba tudo sobre os critérios que envolvem os três anos dos recém-admitidos no serviço público

EM BREVE!

Só depois deste período é que o servidor adquire estabilidade no exercício do cargo

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

**ESTÁGIO
PROBATÓRIO**

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Andes-SN Central Sindical e Popular-Contatas